



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

58

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº

**ACÓRDÃO**



Vistos, relatados e discutidos estes autos de  
Apelação nº 990.09.369309-7, da Comarca de  
Fernandópolis, em que é apelante DERCI DIVINA DA  
SILVA SANTANA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) sendo apelado  
EDSON JODI SUNAKOZAWA.

**ACORDAM**, em 35ª Câmara de Direito Privado do  
Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte  
decisão: "DERAM PROVIMENTO EM PARTE AO RECURSO. V.  
U.", de conformidade com o voto do Relator, que  
integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos  
Desembargadores ARTUR MARQUES (Presidente), JOSÉ  
MALERBI E MENDES GOMES.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2010.

**ARTUR MARQUES**  
**PRESIDENTE E RELATOR**



# PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Apelação Cível nº 990.09.369309-7

Apelante(s): DERCI DIVINA DA SILVA SANTANA

Apelado(s): EDSON JODI SUNAKOZAWA

Comarca: FERNANDÓPOLIS – 1ª V. CÍVEL

## VOTO Nº 18527

### EMENTA:

**RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – CULPA INCONTROVERSA – DANO MORAL CARACTERIZADO – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

*“Embora nem todo acidente de trânsito redunde em abalo moral dos envolvidos, o sofrimento derivado das seqüelas físicas causadas à vítima superam o piso de tolerabilidade ao qual todos os que vivem em sociedade estão expostos”.*

1. Trata-se de ação de reparação de danos que **DERCI DIVINA DA SILVA SANTANA** promove em face de **EDSON JODI SUNAKOZAWA**, julgada improcedente pela r. sentença de fls. 75/78, cujo relatório se adota.

Inconformada, recorre a autora. Sustenta que o julgamento antecipado de lide cerceou seu direito de produzir provas em relação aos fatos constitutivos do direito. Assevera que o acidente de trânsito provocado pelo apelado causou deformidade física a justificar a pretensão de reparação por danos morais. Aduz que a precedente demanda ajuizada compôs apenas os danos materiais, sendo certo que a ausência de pedido de indenização por danos morais ocorreu porque não estava assistida por advogado.

Processado o recurso sem preparo (a apelante é beneficiária da Lei nº 1060/50), foi recebido (fls. 88), com contrarrazões.

**É o relatório.**



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

2. A autora alega na vestibular ter experimentado dano moral por conta de lesões corporais advindas de sinistro de trânsito cuja culpa imputa ao acionado. Aduz que o prejuízo material foi composto em precedente demanda interposta no juizado especial cível, restando o arbitramento dos danos extrapatrimoniais, que estima em cem salários mínimos.

A defesa se funda na ausência de invalidez para repudiar a pretensão, argumento esposado pela magistrada "a quo" na sentença de improcedência. Ou seja ***"em razão do acidente a autora sofreu lesões, no entanto, estas não resultaram incapacidade permanente para o trabalho, nem enfermidade incurável, nem perda ou inutilização de membro, sentido ou função, nem deformidade permanente (fls. 14). Assim, a imagem da autora não ficou abalada com o acidente"***.

O laudo produzido pelo Instituto Médico-Legal (fls. 12) atesta que a pericianda, vítima de acidente de trânsito, foi socorrida em nosocômio público local e internada para tratamento ortopédico. Ao exame, apresenta ***"hematoma em absorção na base inferior do mento. Escoriações com crostas no antebraço direito, no ombro esquerdo, no joelho direito. Imobilização com gesso no braço, antebraço e mão esquerda"***. No exame complementar (fls. 13), constatou-se a realização de cirurgia no antebraço esquerdo, concluindo-se pela existência de ***"lesão corporal grave"*** por conta da incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias. Por fim, no segundo exame complementar (fls. 14), atestaram os peritos a ausência de limitações funcionais.

Quanto à dinâmica fática, o laudo produzido pela equipe de perícias criminalísticas de São José do Rio Preto (fls. 17/20) descreveu o acidente do seguinte modo: ***"rodava a motoneta pela Av. Duque de Caxias no sentido***

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

***centro x bairro, quando na altura do cruzamento com a Rua Naya Batista, veio a colidir seu terço anterior, contra o terço anterior e médio do veículo Fiat/Idea que rodava no mesmo sentido e realizava manobra de conversão a esquerda entre os canteiros centrais***". Destarte, concluiu-se que, excluídas as outras causas que poderiam ter contribuído para o desenrolar dos fatos, ***"inferem os peritos que o condutor do Fiat/Idea efetuou inadequadamente a manobra de conversão à esquerda, pois deveria manter mais a esquerda da pista. No caso em pauta, estando este mais a direita do centro da pista, deveria aguardar o fluxo de veículos que vinha à sua esquerda, para posterior efetuar manobra com segurança"***.

Diante de tais ponderações e considerando a ausência de controvérsia quanto à culpa do apelado, deve ser ponderado, de proêmio, que o julgamento antecipado da lide era medida de rigor, na esteira de que a matéria fática encontrava-se bem definida, residindo a lide em argumentos eminentemente jurídicos. Nesse caso, como decidido pelo pretório excelso em questão parelha, ***"o julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório"***.<sup>1</sup> O e. Superior Tribunal de Justiça, no mesmo sentido, já decidiu que ***"constantes dos autos elementos de prova documental suficientes para formar o convencimento do julgador, inoccorre cerceamento de defesa se julgada antecipadamente a controvérsia"***.<sup>2</sup>

No mais, cumpre ressaltar que a precedente lide interposta no Juizado Especial Cível foi ajuizada com o exclusivo propósito de composição dos danos materiais experimentados pela vítima, tais como medicamentos e

<sup>1</sup> - STF, 2ª Turma, Ag 137 180-4-MA, rel. Min. Maurício Corrêa, j. 5.6.95. negam provimento, v.u., DJU 15.9.95

<sup>2</sup> - STJ, 4ª Turma, Ag 14 952-DF-AgRg, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 4.12.91. negaram provimento, v.u., DJU 3.2.92. No mesmo sentido: "Inexiste cerceamento de defesa se os fatos alegados haveriam de ser provados por documentos, não se justificando a designação de audiência" (STJ, 3ª Turma, Resp 1 344-RJ, rel. Min. Eduardo Ribeiro, DJU 4.12.89)

Apelação Cível com Revisão nº 990 09 369309-7  
Voto nº 18527



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

diárias com faxineira no período em que esteve imobilizada. Nada impedia, pois, o ajuizamento de nova demanda voltada para a composição dos danos extrapatrimoniais.

Destarte, respeitado o entendimento expressado pela MM. Juíza "a quo", o dano moral não guarda necessária vinculação com a deformidade ou incapacidade da vítima, elementos que são analisados tão somente para o arbitramento da indenização.

Com efeito, o dano moral tem sido compreendido como **"todo sofrimento humano não causado por perda pecuniária"**.<sup>3</sup> Desse modo, não se cogita de prova de prejuízo, como leciona Carlos Alberto Bittar, quando ressalta que **"a responsabilização do agente deriva, quanto aos danos morais, do simples fato da violação (ex facto), tornando-se, portanto, desnecessária a prova de reflexo no âmbito do lesado, ademais, nem sempre realizável"**. Aliás, foi também Bittar quem observou que **"a detecção e o dimensionamento do dano competem ao juiz, no caso concreto, admitindo-se a técnica de presunções quanto à existência de danos morais"**.<sup>4</sup>

Em outro julgado do e. Superior Tribunal de Justiça, decidiu-se que, **"como se trata de algo imaterial ou ideal, a prova do dano moral não pode ser feita através dos mesmos meios utilizados para a comprovação do dano material. Por outras palavras, o dano moral está insito na ilicitude do ato praticado, decorre da gravidade do ilícito em si, sendo desnecessária sua efetiva demonstração, ou seja: o dano moral existe 'in re ipsa'".** Afirma Ruggiero: **"Para o dano ser indenizável, basta a perturbação feita pelo ato ilícito nas relações psíquicas, na tranqüilidade, nos sentimentos, nos afetos**

<sup>3</sup> - RT 679/10

<sup>4</sup> - *Reparação por Danos Morais* São Paulo: RT, 1994 2ª Ed. pág. 199

Apelação Cível com Revisão nº 990 09 369309-7

Voto nº 18527



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

**de uma pessoa, para produzir uma diminuição no gozo do respectivo direito".<sup>5</sup>**

Oportuna ainda a transcrição da lição de Antonio Jeová dos Santos, quando discorre que **"um exame singelo da doutrina nos mostra que a causação de dano moral independe de prova, ou melhor, comprovada a ofensa moral, o direito à indenização desta decorre, sendo dela presumido (...). Significa dizer, em resumo, que o dano em si, porque imaterial, não depende de prova ou de aferição do seu quantum. Mas o fato e os reflexos que irradia, ou seja, a sua potencialidade ofensiva, dependem de comprovação, ou pelo menos que esses reflexos decorram da natureza das coisas e levem à presunção segura de que a vítima, face às circunstâncias, foi atingida em seu patrimônio subjetivo, seja com relação ao seu 'vultus', seja, ainda, com relação aos seus sentimentos, enfim, naquilo que lhe seja mais caro e importante"**<sup>6</sup>.

É verdade que esta Turma Julgadora, seguindo a lição de Antonio Jeová dos Santos, já decidiu que o **"mero incômodo, o desconforto e o enfado decorrentes de alguma circunstância, e que o homem médio tem de suportar em razão mesmo de viver em sociedade, não servem para que sejam concedidas indenizações"**.<sup>7</sup> No presente caso, contudo, o sofrimento derivado das seqüelas físicas relatadas na petição inicial superam o piso de tolerabilidade ao qual todos os que vivem em sociedade estão expostos. Decidiu-se em questão parelha que **"nem todo acidente de trânsito redunde em abalo moral dos envolvidos. No cotidiano, principalmente nos grandes centros**

<sup>5</sup>- RESP 608918/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, 1ª Turma, DJ de 21.06.2004. No mesmo sentido: RESP 575469/RJ, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, 4ª Turma, DJ de 06.12.2004; RESP 204825/RR, Rel. Min. LAURITA VAZ, 2ª Turma, DJ de 15.12.2003; AgRg nos EDcl no AG 495358/RJ, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, 3ª Turma, DJ de 28.10.2003; RESP 496528/SP, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, 4ª Turma, DJ de 23.06.2003; RESP 439956/TO, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, 4ª Turma, DJ de 24.02.2003.

<sup>6</sup>- Dano moral indenizável, 1ª ed., São Paulo, Lejus, 1997.

<sup>7</sup>- Ap. c/ Rev. nº 718757-0/2, em que fui relator.

Apelação Cível com Revisão nº 990.09.369309-7

Voto nº 18527



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

***urbanos, todos estão expostos a um piso de tolerância, sem o qual o convívio pacífico restaria comprometido. Contudo, nos casos em que a extensão dos danos supera a tolerância do homem médio, o dano moral resulta 'in re ipsa'***<sup>8</sup>, ou seja, ***"exsurge da situação, sendo, pois, a reparação fixada pelo juiz, independentemente de prova efetiva do prejuízo"***.<sup>9</sup>

Quanto ao valor da indenização, a doutrina pondera que ***"inexistem 'caminhos exatos' para se chegar à quantificação do dano extrapatrimonial, mas lembra também que é muito importante a atuação do juiz, a fim de que se alcance 'a equilibrada fixação do quantum da indenização', dentro da necessária 'ponderação e critério'"***<sup>10</sup>.

Caio Mário<sup>11</sup>, ensina que o juiz, para fixação da indenização deve: 1) punir pecuniariamente o infrator, pelo fato de haver ofendido um bem jurídico da vítima, posto que imaterial; 2) pôr nas mãos do ofendido uma soma, que não é o *pretium doloris*, porém o meio de lhe oferecer oportunidade de conseguir uma satisfação, ou seja, um bem estar psíquico compensatório do mal sofrido, numa espécie de substituição da tristeza pela alegria... Para tanto, deve o julgador considerar, também, no arbitramento, o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, a capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido, para chegar a um quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos pelo ofendido com o ato ilícito praticado pelo ofensor.

No presente caso, considerando o grau de culpa do apelado, a extensão das seqüelas físicas relatadas nos três laudos entranhados aos autos, bem assim a capacidade econômica das partes e as demais peculiaridades do

<sup>8</sup> - Apelação Cível sem Revisão nº 1145797-0/3, em que fui relator

<sup>9</sup> - ANTONIO JUNQUEIRA DE AZEVEDO, Estudos e Pareceres de Direito Privado, Saraiva, 2004

<sup>10</sup> - LIMONGI FRANÇA, "Reparação do Dano Moral", 'in' RT 631/34

<sup>11</sup> - Direito Civil, volume II, nº 176

Apelação Cível com Revisão nº 990 09 369309-7

Voto nº 18527



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

caso "sub judice", entendo que a quantia de **DEZ (10) salários** mínimos atuais<sup>12</sup>, corrigidos e acrescidos de juros moratórios a contar da presente data, são suficientes não para reparar o dano, posto imaterial, mas para minimizá-lo, sem constituir modo oblíquo de enriquecimento sem causa.

Cumpra ressaltar, no que diz respeito à fixação da indenização em salários mínimos, que este Tribunal já decidiu ser **"inaplicável a vedação do artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal, no que concerne a impossibilidade da vinculação do salário mínimo para qualquer fim, podendo ele ser utilizado como critério para a fixação do valor da indenização"**.<sup>13</sup> Ou seja, o entendimento deste Tribunal é no sentido de que a vedação não se aplica ao arbitramento de indenização, até porque a Lei n.º 6.205/75 refere-se à utilização do salário mínimo como **"parâmetro para reajustes ou contratos"**.<sup>14</sup>

Provê-se, pois, o recurso para julgar a ação procedente para o fim de condenar o acionado ao pagamento de indenização no valor de R\$-5.100,00, corrigidos e acrescidos de juros a contar da presente data, além das custas processuais, corrigidas de cada desembolso e verba honorária, ora arbitrada em quinze por cento sobre o valor da condenação.<sup>15</sup>

**3. Ante o exposto, dá-se parcial provimento ao recurso.**

  
**ARTUR MARQUES**  
 Relator

<sup>12</sup>- Sobre o tema, o e. STJ já decidiu que: "Determinada a indenização por dano moral em valor certo, o termo inicial da correção monetária é a data em que esse valor foi fixado, sob pena de enriquecimento indevido caso admitida a retroação da correção monetária" RESP295175/RJ Ainda: O valor certo fixado, na sentença exequenda, quanto ao dano moral, tem seu termo "a quo" para o cômputo dos consectários (juros e correção monetária, a partir da prolação do título exequendo (sentença) que estabeleceu aquele valor líquido - precedentes do STJ" (Recurso especial 146861 / MA Ministro WALDEMAR ZVEITER)

<sup>13</sup>- AI 736 805-00/0 - 3ª Câmara - Rel. Juiz REGINA CAPISTRANO - J. 6 8 2002

<sup>14</sup>- Nesse sentido - Apelação Cível 175 105-1 - Relator Silvério Ribeiro, 22.09.92 - Santos

<sup>15</sup>- Súmula nº 326, do e. STJ: **"Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca"**

Apelação Cível com Revisão nº 990 09 369309-7

Voto nº 18527